

Por um combate mais eficaz à problemática das dependências

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e senhores membros do Governo

O grupo parlamentar do Partido Socialista traz hoje a esta casa um assunto de elevada complexidade e que, permitam-me dizê-lo, sem quaisquer rodeios, que tem sido uma causa pela qual me tenho empenhado há muito tempo.

Mas subo a esta tribuna, não para falar da minha experiência subjetiva no terreno, mas sim sobre o que nos é dito por esta população acerca deste problema psicossocial.

O grupo parlamentar do Partido Socialista traz aqui este assunto por forma a colocá-lo na agenda de prioridades do Governo Regional.

E isto porquê?

Segundo a informação do Instituto Nacional de Estatística cito “as percentagens associadas à vulnerabilidade social, de 2018 totalizam mais de 20% da população residente em Portugal e mostram a necessidade de um acompanhamento social, onde seja estabelecida uma mediação entre o perfil de vulnerabilidade e os recursos disponíveis, a fim de se melhorar a qualidade da intervenção.”

Várias iniciativas foram levadas a efeito na nossa Região Autónoma dos Açores por forma a que os nossos jovens e adultos, com comportamentos aditivos alterassem os seus modos de vida. No entanto todo este trabalho desenvolvido, mostrou-se, por vezes, aquém das necessidades manifestadas por estas pessoas com perturbação de dependências e comportamentos aditivos, cuja vulnerabilidade psicossocial é uma das causas e consequências da toxicodependência.



**GRUPO
PARLAMENTAR**

Partido Socialista
AÇORES

**Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados**

Passo a citar ainda “de acordo com os estudos realizados referidos nos relatórios do Serviço de Intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências (SICAD) e o Observatório Europeu da droga e das Toxicodependências (OEDT) mostram-nos a todos esta dura realidade de que a toxicodependência é de facto um problema psicossocial e de saúde pública, e que afeta todo o mundo e de forma especial e preocupante a nossa Região Autónoma dos Açores.

Em 2016/2017 a mesma entidade (sicad) realizou junto da população portuguesa o IV inquérito Nacional do consumo de substâncias psicoativas e em 2019 apresenta o relatório com os dados atualizados.

A frieza dos números indicados e que mostra a existência de um aumento nos consumos de novas substâncias psicoativas na nossa Região.

Porem há a registar uma diminuição no consumo de cannabis, heroína, e uma diminuição de 3,3 pontos percentuais, de consumo de álcool, por parte dos nossos jovens e adultos, mantendo assim a Região abaixo da média Nacional, o que se deveu aos programas de prevenção levados a cabo em algumas Escolas da Região.

Há que defender a prevenção e a intervenção nos comportamentos aditivos seguindo as características:

Do reforço de equipas multidisciplinares que não se circunscrevam apenas a medicina e enfermagem, uma vez que se tratando de um problema com

etiologia multideterminada, a sua intervenção deve ser também multidisciplinar, nomeadamente incluindo a promoção de saúde mental e psicoterapia.

A necessidade de se realizar uma melhor e atenta investigação na área destes comportamentos aditivos, por forma a descobrir fatores específicos no contexto Açoriano assim como a sua interação com contextos universais de etiologia das dependências de substâncias psicoativas, subjacentes, aos dados preocupantes nos comportamentos aditivos da nossa Região, que subsistem em larga escala.

Uma campanha de literacia em saúde mental com enfoque na componente psicossocial da toxicodependência, que desestigmatize as pessoas que padecem deste problema social, sensibilizando-se a comunidade para a importância de se envolver nesta luta que é de todos e todas nós, no sentido de não apenas da prevenção dos comportamentos aditivos, como também da inclusão destas pessoas na comunidade como membros ativos, válidos e sem serem alvo de preconceitos e discriminação.

Um estudo aprofundado e com equipas multidisciplinar, com sociólogos antropólogos, para que se possa compreender as especificidades, inclusivamente culturais e as suas diferenças de Ilha para Ilha, do elevado consumo, nomeadamente do aumento de substâncias sintéticas.

Isso implica acompanhamento humano, que reconheça a individualidade da pessoa com estes comportamentos, não caindo em pseudo-soluções que não reconheçam a diversidade desta população,

A intervenção pluridisciplinar com vista a articulação entre Associações, Fundações e IPSS e a própria envolvência e colaboração da própria comunidade na busca de outras estratégias e iniciativas fomentadoras da inclusão social.

É importante que esta população seja incluída em vertentes ocupacionais sobretudo quando eles próprios mostram interesse.

Temos de atrair estes jovens consumidores mais difíceis e excluídos pela sociedade, por vezes estigmatizados, encaminhando-os para o tratamento à desabilitação, promovendo-os, dar-lhes a dignidade necessária e a entrega de projeto de vida para que se sintam membros válidos e ativos na sociedade.

**Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados**

Os princípios humanistas que alicerçam quase todo o espectro ideológico que compõe esta nossa assembleia, impele-nos a concluir que não podemos abandonar estes e estas jovens que vivem em condições de vulnerabilidade social, seja pela ausência do vínculo dos seus familiares, pela negligência na prestação de cuidados de prevenção, ou até de desproteção de direitos fundamentais.

Assim, a terminar, importa dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita na pertinência da articulação entre as entidades competentes, bem como a necessidade de se promover um trabalho concertado, desenvolvido por equipas especializadas, com vista a mobilizar competências numa terapia de continuidade, que visem a redução dos comportamentos de risco e a promoção de literacia em saúde, bem como a reinserção social e ocupação laboral.

Esta é uma causa que a todos convoca.

Disse.

Ponta Delgada 20 de Março de 2021